



Energisa Minas Gerais | Resultados do 1º trimestre de 2013

Cataguases, 15 de maio de 2013 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia") apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2013 (1T13). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 406 mil consumidores e uma população de aproximadamente 1,0 milhão de habitantes em 65 municípios do Estado de Minas Gerais e um no Estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre:

Descrição	1T13	1T12	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	157,9	159,4	- 0,9
Receita Operacional Líquida	113,4	104,5	+ 8,5
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	17,7	12,0	+ 47,5
EBITDA	22,0	16,1	+ 36,6
EBITDA Ajustado	23,5	17,5	+ 34,3
Resultado Financeiro	(2,6)	(0,3)	+ 766,7
Lucro Líquido	10,0	7,7	+ 29,9
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	541,0	462,1	+ 17,1
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	106,8	85,5	+ 24,9
Patrimônio Líquido	110,8	70,1	+ 58,1
Endividamento Líquido	221,4	200,3	+ 10,5
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	406,4	396,0	+ 2,6
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	283,4	277,0	+ 2,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	372,8	359,9	+ 3,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	8,47	8,86	- 0,39 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	20,7	16,7	+ 4,0 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,7	2,4	+ 12,5

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

No 1T13, a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 148,0 milhões, ante R\$ 150,7 milhões registrados no 1T12, redução de 1,8% (R\$ 2,7 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 8,0% (R\$ 7,7 milhões) no período, para R\$ 103,5 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Empresa	Receita líquida (R\$ milhões)		Variação 1T13 / 1T12	
	1T13	1T12	Em %	Em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	136,8	138,8	- 1,4	- 2,0
✓ Residencial	61,2	64,2	- 4,7	- 3,0
✓ Industrial	17,3	21,4	- 19,2	- 4,1
✓ Comercial	31,0	28,9	+ 7,3	+ 2,1
✓ Rural	14,7	11,5	+ 27,8	+ 3,2
✓ Outras classes	12,6	12,8	- 3,1	- 0,2
(+) Suprimento de energia elétrica	(0,5)	0,1	-	- 0,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(0,9)	(2,1)	- 57,1	+ 1,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	8,3	9,2	- 9,8	- 0,9
(+) Receitas de construção	9,9	8,7	+ 13,8	+ 1,2
(+) Outras receitas	4,3	4,7	- 8,5	- 0,4
(=) Subtotal - Receita operacional bruta	157,9	159,4	- 0,9	- 1,5
(-) Impostos sobre vendas	(42,0)	(44,0)	- 4,5	+ 2,0
(-) Encargos setoriais	(2,5)	(10,9)	- 77,1	+ 8,4
(=) Total - Receita operacional líquida	113,4	104,5	+ 8,5	+ 8,9

2.2 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2013, a Energisa Minas Gerais alcançou lucro líquido de R\$10,0 milhões, aumento de 29,6% em relação ao registrado no 1T12. O aumento do lucro líquido decorre, basicamente, do aumento de R\$ 8,9 milhões da receita líquida, ante o crescimento das despesas operacionais de R\$ 3,2 milhões. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 23,5 milhões no 1T13, ante os R\$ 17,5 milhões apurados no 1T12, um incremento de 34,3%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) - R\$ milhões	1T13	1T12	Variação %
(=) Lucro Líquido	10,0	7,7	29,9
(-) Contribuição social e imposto de renda	(5,1)	(4,0)	+ 27,5
(-) Resultado financeiro	(2,6)	(0,3)	+ 766,7
(-) Depreciação e amortização	(4,3)	(4,1)	+ 4,9
(=) Geração de caixa (EBITDA)	22,0	16,1	+36,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	1,5	1,4	+ 7,1
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	23,5	17,5	+ 34,3
Margem do EBITDA Ajustado	20,7	16,7	+ 4,0 p.p

2.3 - Despesas operacionais

No 1T13, as despesas operacionais consolidadas, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 85,8 milhões, aumento de 2,4% (R\$ 2,0 milhões) em relação ao 1T12. Desse total, o crescimento das despesas controláveis foi R\$ 1,8 milhão. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram evolução de R\$ 0,3 milhão no trimestre, um incremento de 0,5%.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre		Variação 1T13 / 1T12	
	1T13	1T12	Em %	Em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	20,9	19,1	+ 9,4	+ 1,8
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	7,3	6,1	+ 19,7	+ 1,2
1.2 Material	1,1	1,3	- 15,4	- 0,2
1.3 Serviços de terceiros	12,5	11,7	+ 6,8	+ 0,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	58,1	57,8	+ 0,5	+ 0,3
3 - Depreciação e amortização	4,3	4,1	+ 4,9	+ 0,2
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	0,7	1,7	- 58,8	- 1,0
5 - Outras despesas/receitas	1,8	1,1	+ 63,6	+ 0,7
Subtotal	85,8	83,8	+ 2,4	+ 2,0
6 - Custo de construção	9,9	8,7	+ 13,8	+ 1,2
Total	95,7	92,5	+ 3,5	+ 3,2

2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T13 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 2,6 milhões, ante uma despesa financeira líquida de R\$ 0,3 milhão no 1T12.

O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Minas Gerais em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012:

Descrição			
Valor em R\$ milhões		31/03/2013	31/12/2012
Curto Prazo		29,5	27,6
Empréstimos, financiamentos e debêntures		24,2	23,1
Encargos de dívidas		3,5	2,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial		1,8	1,8
Longo Prazo		298,7	302,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures		295,5	299,0
Parcelamento de impostos e déficit atuarial		3,2	3,1
Total das dívidas		328,2	329,7
(-) Disponibilidades financeiras		106,8	100,8
Total das dívidas líquidas		221,4	228,9

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

No primeiro trimestre de 2013 (1T13), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 367,3 GWh, incremento de 4,3% em relação a igual período do ano anterior. O consumo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 7,5% no período. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 1,9% no trimestre. A energia total distribuída no 1T13 foi de 372,8 GWh, ante os 359,9 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	1T13	1T12	Variação %
1) Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	283,4	277,0	+ 2,3
✓ Residencial	113,1	105,2	+ 7,5
✓ Industrial	41,5	48,0	- 13,5
✓ Comercial	57,1	55,0	+ 3,8
✓ Rural	35,4	33,6	+ 5,4
✓ Outras Classes	36,3	35,2	+ 3,1
2) Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	83,9	75,1	+ 11,7
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	367,3	352,1	+ 4,3
4) Suprimento de energia e não faturado	5,5	7,8	- 29,4
5) Energia Total Distribuída (3+4)	372,8	359,9	+ 3,6

A Energisa Minas Gerais encerrou o 1T13 com 406.364 unidades consumidoras cativas, quantidade 2,6% superior à registrada no fim de março de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 28 no fim de março de 2013.

3.2 - Perdas de energia

As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 8,47% nos últimos doze meses encerrados em março de 2013, queda de 0,39 ponto percentual em relação a igual período terminado em março do ano passado.

4 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 10,6 milhões no 1T13, ante os R\$ 10,2 milhões investidos no 1T12.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 13 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	31/03/2013	31/12/2012 (Ajustado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	42.589	25.823
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	63.253	72.423
Consumidores e concessionárias	69.753	80.760
Títulos de créditos a receber	2.556	1.952
Estoques	1.062	1.132
Impostos a recuperar	11.619	11.338
Baixa renda e devedores diversos	26.472	21.758
Total do circulante	217.304	215.186
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	977	2.568
Consumidores e concessionárias	8.207	8.207
Títulos de créditos a receber	914	832
Impostos a recuperar	8.600	8.686
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.723	16.738
Créditos tributários	18.740	20.640
Cauções e depósitos vinculados	1.336	1.307
Contas a receber da concessão	223.574	217.739
Outros	-	-
	276.071	276.717
Investimentos	2.039	2.039
Intangíveis	41.303	40.519
Imobilizado	4.326	4.265
Total do não circulante	323.739	323.540
Total do Ativo	541.043	538.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	31/03/2013	31/12/2012 (Ajustado)
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	31.774	38.881
Encargos de dívidas	3.502	2.726
Empréstimos e financiamentos	23.210	22.978
Debêntures	972	98
Tributos e contribuições sociais	29.338	29.978
Parcelamento de impostos	1.426	1.407
Encargos do consumidor a recolher	743	3.684
Benefícios a empregados - plano de pensão	372	372
Obrigações estimadas	2.660	2.190
Obrigações intrassetoriais	12.211	11.553
Outras contas a pagar	10.554	7.779
Total do circulante	116.762	121.646
Não circulante		
Fornecedores	735	723
Empréstimos e financiamentos	248.843	252.408
Debêntures	46.636	46.636
Tributos e contribuições sociais	5.962	5.464
Parcelamento de impostos	1.544	1.877
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	6.758	6.200
Benefícios a empregados - plano de pensão	1.721	1.656
Outras contas a pagar	1.239	1.237
Total do não circulante	313.438	316.201
Patrimônio líquido		
Capital social	44.171	44.171
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	10.525	10.525
Outros resultados abrangentes	(269)	(269)
Dividendos adicionais propostos	38.531	38.531
Lucros/Prejuízos acumulados	9.964	-
	110.843	100.879
Total do passivo	541.043	538.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
 TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	1T2013	1T2012
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica	138.900	140.068
Disponibilização do sistema	8.339	9.231
Receita de construção	9.940	8.683
Outras receitas operacionais	747	1.422
	157.926	159.404
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	28.250	30.023
PIS, Cofins e ISS	13.750	13.954
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	2.565	10.917
	44.565	54.894
Receita operacional líquida	113.361	104.510
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	48.486	44.446
Encargos de uso do sistema	9.567	13.315
Pessoal	7.239	6.039
Entidade de previdência privada	93	65
Material	1.141	1.309
Serviços de terceiros	12.511	11.679
Depreciação e amortização	4.255	4.118
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingências	673	1.697
Custo de construção	9.940	8.683
Outras despesas	1.714	1.629
Outras receitas operacionais	(560)	(671)
Outras despesas operacionais	585	228
	95.644	92.537
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	17.717	11.973
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras	908	2.084
Acréscimo moratório energia vendida	1.516	1.427
Encargos de dívidas - Juros	(4.880)	(5.592)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	3.193	2.547
Ajuste a valor presente	23	205
(-) Transferências para obras em curso	155	83
Marcação a mercado derivativos	(860)	3.134
Instrumentos financeiros derivativos	(3.173)	(3.607)
Outras receitas (despesas) financeiras	501	(595)
	(2.617)	(314)
Resultado antes dos tributos	15.100	11.659
Imposto de Renda e contribuição social	(5.136)	(3.971)
Lucro líquido do período	9.964	7.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

ENERGISA MINAS GERAIS
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	1T2013	1T2012
Atividades operacionais		(Ajustado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.100	11.659
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	(910)	3.124
Depreciação e amortização	4.255	4.118
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(67)	1.014
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	422	435
Perda na baixa do ativo intangível	26	39
Instrumentos financeiros derivativos	3.173	3.607
Marcação mercado derivativos	860	(3.134)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Diminuição de consumidores e concessionários	10.838	(559)
Diminuição (aumento) de títulos de créditos a receber	(428)	3.773
Diminuição de estoques	70	(30)
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar	(196)	(3.694)
Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados	(29)	5
(Aumento) de despesas pagas antecipadamente	163	37
(Aumento) de outros créditos	(4.970)	(3.879)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
(Diminuição) de fornecedores	(9.197)	518
(Diminuição) aumento de tributos e contribuições sociais	(1.735)	4.958
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.643)	(3.530)
(Diminuição) de parcelamento de impostos	(314)	(247)
Aumento de obrigações estimadas	470	324
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher	(2.941)	(113)
Aumento de outras contas a pagar	3.501	(132)
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	16.448	18.293
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	-	(45)
Aplicações no intangível	(7.659)	(8.625)
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(13.708)	(12.149)
Resgate de aplicação financeiras	25.378	13.916
Alienação de bens do imobilizado e intangível	559	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	4.570	(6.903)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	2.739	7.829
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	(3.427)	(6.526)
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(2.680)	(2.368)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(884)	(924)
Pagamentos de dividendos	-	(5.074)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(4.252)	(7.063)
Variação líquida do caixa	16.766	4.327
Saldo inicial de caixa e equivalentes	25.823	29.082
Saldo final de caixa e equivalentes	42.589	33.409
Variação líquida do caixa	16.766	4.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 406.392 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013. A referida legislação abordou os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

A Companhia terá sua concessão expirada em 2015 e em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 15 de outubro de 2012 suas disposições de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita foi em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

Abaixo estão listadas algumas das obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão:

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente;

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão, receita de construção e prazo de concessão estão apresentadas nas notas explicativas nº 9, 14, 15, 23 e 29, respectivamente.

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de maio de 2013 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas na imprensa oficial em 08 de março de 2013, exceto quanto a aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19) que alterou a contabilização dos benefícios a empregados - plano de aposentadoria, que exigirá reconhecimento das alterações conforme ocorrerem, eliminando a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. A partir do exercício de 2013 os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente no passivo contra a rubrica “outros resultados abrangentes”, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto quanto à aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19), conforme citado na nota explicativa nº 2.

3.2 Ajustes e Reclassificações

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 31/12/2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante	323.401	139	323.540
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	20.501	139	20.640
Total do Ativo	538.587	139	538.726
Passivo			
Passivo não circulante	315.793	408	316.201
Benefício a empregados - plano de pensão	1.248	408	1.656
Patrimônio líquido	101.148	(269)	100.879
Outros resultados abrangentes	-	(269)	(269)
Perdas atuariais, líquidas	-	(269)	(269)
Total do Passivo	538.587	139	538.726

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
CEF	CDB	31/03/2015	100,5% do CDI	31.518	13.832
Santander	Debêntures (**)	25/02/2015	103,2% do CDI	9.920	7.022
Santander - FID	Debêntures (**)	27/02/2015	103,2% do CDI	763	-
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	1.465
Mercantil FID	CDB	21/11/2022	105,0% do CDI	-	775
Total				42.201	23.094
Caixa e bancos				388	2.729
Total caixa e equivalente de caixa				42.589	25.823

Resultados do 1º trimestre de 2013

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

b) Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
ABC Brasil	CDB	10/01/2013 a 23/12/2013	106,0% a 107,5% do CDI	10.179	15.141
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.506	-
BES	CDB	10/10/2013	100,0% do CDI	30	30
BICBanco	Fundo de Investimento em direitos creditórios	-	112,0% do CDI	2.365	2.323
BMG	CDB	16/12/2013	112,0% do CDI	320	315
Bradesco	CDB	30/12/2013 a 22/05/2014	99,0% a 100,0% do CDI	844	831
Bradesco	Debêntures	01/04/2013 a 13/05/2013	99,5% do CDI	13.411	13.952
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	1.168	1.150
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	7.165	7.064
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.212	77
CEF	Poupança	-	Poupança	16	16
Daycoval	CDB	26/02/2015	102,0% do CDI	8	14.345
HSBC	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	905	890
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.108	-
Itaú	CDB	03/12/2013	101,8% do CDI	17	16
Itaú	Debêntures	04/04/2013 a 25/07/2013	100,0% a 103,5% do CDI	173	171
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	58	56
Modal	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.063	-
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	9.804	10.027
Sul América	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.901	6.019
				63.253	72.423
b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	977	2.568
				977	2.568
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				64.230	74.991
Circulante				63.253	72.423
Não Circulante				977	2.568

6 Consumidores e concessionárias

Classes de consumidores	Vincendos (1)	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	31/03/2013	31/12/2012
Residencial	9.647	5.212	837	235	13	-	15.944	19.754
Industrial	9.770	751	315	56	14	899	11.805	15.006
Comercial	5.446	1.392	311	169	101	-	7.419	9.512
Rural	1.977	984	271	95	-	-	3.327	3.970
Poder público:								
Federal	23	3	1	-	-	-	27	35
Estadual	265	29	9	3	-	-	306	375
Municipal	962	105	35	11	-	-	1.113	1.371
Iluminação pública	916	45	12	14	-	-	987	1.033
Serviço público	1.090	22	3	7	-	-	1.122	1.508
Subtotal - consumidores	30.096	8.543	1.794	590	128	899	42.050	52.564
Concessionárias (2)	1.116	-	-	-	-	8.207	9.323	9.850
Fornecimento não faturado	13.465	-	-	-	-	-	13.465	14.378
Outros	8.489	-	-	-	-	8.165	16.654	15.539
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(758)	(413)	(128)	(2.233)	(3.532)	(3.364)
Total	53.166	8.543	1.036	177	-	15.038	77.960	88.967
Circulante							69.753	80.760
Não circulante							8.207	8.207

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de março de 2013, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$7.989 (R\$9.570 em 31 de dezembro de 2012), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 março de 2013. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A aquisição de energia elétrica e aos encargos de serviços do sistema de R\$1.850 (R\$3.640 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2013	31/12/2012
Saldos a vencer	-	1.363
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.116	1.334
	7.989	9.570
(-) Aquisições de energia na CCEE	(1.297)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(553)	(3.640)
	6.139	5.930

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas

empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de março de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Títulos de créditos a receber	6.520	6.092
Ajuste a valor presente	(757)	(780)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(2.293)	(2.528)
	<u>3.470</u>	<u>2.784</u>
Circulante	2.556	1.952
Não circulante	914	832

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	2.293
2013	1.917
2014	782
2015	111
2016	113
2017	96
2018 em diante	451
Total	<u>5.763</u>

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	31/03/2013	31/12/2012
Saldo - inicial - 31/12/2012	5.892	5.234
Provisões constituídas no período/exercício	122	2.311
Reversão de provisões no período/exercício	(189)	(1.653)
Saldo - final - circulante	<u>5.825</u>	<u>5.892</u>
Consumidores e concessionárias e CCEE	3.532	3.364
Títulos de créditos a receber	2.293	2.528

Resultados do 1º trimestre de 2013

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão das parcelas vencidas e vincendas.

9 Revisão e reajuste tarifário

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.292 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da EMG com reajuste que gerou um aumento da 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

10 Baixa renda e outros créditos

	31/03/2013	31/12/2012
Baixa renda	4.314	5.976
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	11.141	10.071
Ordens de serviço em curso - outros	328	363
Ordens de dispêndio a reembolsar	2.150	2.052
Adiantamentos	961	800
Subvenção CDE - desconto tarifário (*)	4.506	-
Outras	3.072	2.496
	26.472	21.758

(*) Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes (Redução de 67%) e da classe de Serviço Público (Redução de 15%), homologado através do Decreto nº 7.891/2013.

Segue a movimentação do baixa renda e contas a receber Eletrobrás:

	31/03/2013	31/12/2012
Saldo - inicial circulante - 31/12/2012	5.976	2.384
Subvenção Baixa Renda	5.284	22.361
Ressarcimento pela Eletrobrás	(6.946)	(18.769)
Saldo - final - 31/03/2013 - circulante	<u>4.314</u>	<u>5.976</u>

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11 Impostos a recuperar

	31/03/2013	31/12/2012
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	10.645	9.606
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	229	544
Imposto de Renda - IRPJ	553	169
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	230	31
Contribuição do PIS e COFINS	8.074	9.186
Outros	488	488
	<u>20.219</u>	<u>20.024</u>
Circulante	11.619	11.338
Não Circulante	8.600	8.686

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o período:

	ENF (a)	ESO (a)	ESA (b)	ESER (a)	31/03/2013	31/03/2012
Prestação de serviços	-	-	(2.598)	(117)	(2.715)	(7.810)
Custo e uso de conexão	(257)	-	-	-	(257)	(344)
Despesa financeira - comissão aval (c)	-	-	(431)	-	(431)	-
					31/03/2013	31/12/2012
Saldo a pagar - fornecedores	96	1.499	762	-	2.357	2.378

(a) As transações com as empresas ligadas, referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

(b) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.

(c) Refere-se a custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.

Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$96 (R\$91 em 31 de março de 2012) e da Diretoria foi de R\$177 (R\$162 em 31 de março de 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$97 (R\$83 em 31 de março de 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$69 (R\$64 em 31 de março de 2012).

No período findo em 31 de março de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de março, foram de R\$15 e R\$2 (R\$14 e R\$2 em 31 de março de 2012), respectivamente. A remuneração média no 1º trimestre de 2013 foi de R\$8 (R\$8 em 31 de março de 2012).

Na AGO de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$2.999 (R\$2.827 em 31 de dezembro de 2012).

13 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo		
Prejuízos fiscais	22.509	23.391
Base negativa de contribuição social	9.003	9.320
Diferenças temporárias (1):		
Imposto de renda	(9.391)	(8.875)
Contribuição social	(3.381)	(3.196)
Total - não circulante	18.740	20.640

As diferenças temporárias são como segue:

	Base de cálculo	IR e CS temporário
Resultado de swap	3.744	1.273
Provisões constituídas	17.561	5.971
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	(58.872)	(20.016)
Total	(37.567)	(12.772)

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos, foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Período	Realizações de créditos fiscais
2013	4.986
2014	5.547
2015	5.520
2016	873
2017	961
2018 em diante	853
Total - circulante	18.740

A Companhia manifestou em 15 de outubro de 2012 a intenção de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos a partir de julho de 2015.

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.100	11.659
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota fiscal combinada	(5.134)	(3.964)
Ajustes:		
Outros	(2)	(7)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.136)	(3.971)
Alíquota efetiva	34%	34%

14 Contas a receber da Concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

Resultados do 1º trimestre de 2013

No entendimento da Administração da Companhia esse fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2012, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconheceu o VNR - Valor novo de reposição, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No primeiro trimestre de 2013, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$1.648.

Esse direito está classificado como disponíveis para venda no não circulante. Em 31 de março de 2013, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/03/2013
Ativo financeiro - 31/12/2012	217.739
Adições no período	4.831
Baixas no período	(644)
Ativo financeiro - 31/03/2013	221.926
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.648
Ativo financeiro custo corrigido -31/03/2013	223.574

15 Intangível e Imobilizado

	31/03/2013	31/12/2012
Imobilizado	4.326	4.265
Contrato da concessão	41.303	40.519
Total	45.629	44.784

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 31/12/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação	Saldo Final 31/03/2013
Intangível em Serviço						
Custo:	312.764		633	(425)	-	312.972
Amortização Acumulada	(246.518)	-	-	440	(5.632)	(251.710)
Subtotal	66.246	-	633	15	(5.632)	61.262
Em Curso	17.444	10.558	(780)	(5.160)	-	22.062
Total Intangível	83.690	10.558	(147)	(5.145)	(5.632)	83.324
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	41.104	-	34	-	-	41.138
Amortização Acumulada	(26.506)	-	-	-	(1.463)	(27.969)
Subtotal	14.598	-	34	-	(1.463)	13.169
Em Curso	28.573	642	(34)	(329)	-	28.852
Total das Obrigações Especiais	43.171	642	-	(329)	(1.463)	42.021
Total Intangível	40.519	9.916	(147)	(4.816)	(4.169)	41.303
IMOBILIZADO						
Imobilizado em Serviço						
Custo:						
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	2.039	-	34	-	-	2.073
Veículos	980	-	-	-	-	980
Móveis e utensílios	2.475	-	113	-	-	2.588
Depreciação Acumulada	(1.438)	-	-	-	(86)	(1.524)
Total Imobilizado em serviço	4.265	-	147	-	(86)	4.326
Total	44.784	9.916	-	(4.816)	(4.255)	45.629

(*) Esse total inclui o montante de R\$4.831 de intangível em curso líquido da respectiva obrigação especial em curso, transferido para o contas a receber da concessão, a partir da sua entrada em serviço.

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	Taxas
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	6,25%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão ou vidas úteis definidas pela Aneel, das duas a menor, com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,75% (3,75% em 31 de dezembro de 2012).

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos.

O saldo das obrigações especiais contabilizadas no intangível e do contas a receber da concessão estão representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2013	31/12/2012
Contribuições do consumidor	110.482	109.878
Participação da União - recursos CDE	47.816	47.816
Participação do Governo do Estado	16.596	16.558
Reserva para reversão	1.409	1.409
(-) Amortização acumulada	<u>(27.969)</u>	<u>(26.507)</u>
Total	<u>148.334</u>	<u>149.154</u>
Alocação:		
Contas a receber da concessão	106.313	105.983
Infraestrutura - Intangível em serviço	13.169	14.598
Infraestrutura - Intangível em curso	<u>28.852</u>	<u>28.573</u>
Total	<u>148.334</u>	<u>149.154</u>

- As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, o faturamento das ultrapassagens de demanda passou a ser contabilizado na rubrica Obrigações especiais. No período findo em 31 de março de 2013 o montante contabilizado nessa rubrica foi R\$547.

A ABRADÉE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

16 Fornecedores

	31/03/2013	31/12/2012
Suprimento (1):		
Furnas	136	136
Contratos Bilaterais	21.151	22.371
CCEE	1.297	-
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	3.330	8.901
Materiais e serviços e outros (2)	6.595	8.196
Total	32.509	39.604
Circulante	31.774	38.881
Não circulante	735	723

(1) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não Circulante	31/03/2013	31/12/2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos						
Creditórios- Grupo Energisa III	77	-	15.000	15.077	15.076	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	60	1.511	3.782	5.353	5.641	
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	2	13	34	49	52	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	330	2.733	17.201	20.264	20.994	
Eletrobrás - Subtransmissão	18	304	1.099	1.421	1.403	
Banco HSBC - repasse BNDES	7	694	952	1.653	1.781	
Banco HSBC - repasse BNDES	4	231	468	703	774	
Banco HSBC - repasse BNDES	8	319	660	987	1.066	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	17	368	3.168	3.553	3.664	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	2	206	809	1.017	1.070	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	6	151	1.323	1.480	1.526	
Banco ITAU BBA - repasse BNDES	4	6	2.329	2.339	2.411	
Banco Itaú BBA - repasse BNDES PER	5	743	1.486	2.234	2.205	
Banco Itaú BBA - FINAME	25	1.221	5.150	6.396	5.265	
Caixa Econômica Federal - FINAME	44	90	4.216	4.350	4.351	
Banco Bradesco - CCB	1.490	12.500	25.000	38.990	38.263	(1) e (2)
Banco ITAU BBA - BNDES FINEM	71	2.191	15.454	17.716	17.972	
Total em moeda nacional	2.170	23.281	98.131	123.582	123.514	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(11)	(71)	(253)	(335)	(356)	
Em moeda estrangeira						
Citibank	550	-	33.127	33.677	34.136	(2)
Bank of America Merrill Lynch	747	-	57.424	58.171	58.998	(2)
Banco Itaú BBA	46	-	60.414	60.460	61.820	(2)
Total em moeda estrangeira	1.343	-	150.965	152.308	154.954	
Total ENERGISA MINAS GERAIS	3.502	23.210	248.843	275.555	278.112	

(1) O contrato relativo ao Bradesco (CCB) possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 26 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de março de 2013, todas as exigências foram cumpridas.

Resultados do 1º trimestre de 2013

(2) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank, Bank of America Merrill Lynch e Banco Itaú BBA, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 26).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013:

Operação	Vencimento	Características da Operação		Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)
		Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa	
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez.2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche (RJ)	ago-2017	mensal	Recebíveis	27	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	dez-2019	mensal	Recebíveis	42	RGR	+ 5,0%	5,0%
Eletrobrás - subtransmissão	mar-2018	mensal, após mar.2013	Recebíveis	32	RGR	+ 5,0%	5,0%
Banco HSBC - repasse BNDES I	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	19	TJLP	+ 4,3%	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES II	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	UMBND	+ 4,3% + juros variáveis	4,3%
Banco HSBC - repasse BNDES III	mai-2016	mensal	Aval Energisa S.A.	21	TJLP	+ 3,9%	3,9%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES I	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 4,75%	4,75%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES II	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	45	UMBND	+ 3,75%+ juros variáveis	3,75%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES III	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	50	TJLP	+ 5,95%	5,95%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES IV	jan-2021	mensal, após jan.2012	Aval Energisa S.A.	55	pré-fixado 5,5%		
Banco ITAU BBA - repasse BNDES PER	mar-2016	mensal, após mar.2013	Aval Energisa S.A.	19	pré-fixado 5,5%		
Banco Itaú BBA - FINAME	Até mai-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	54	pré-fixado de 2,5% a 10%		
Caixa Econômica Federal - FINAME	Jan-2022	mensal, após dez.2013	Aval Energisa S.A.	60	pré-fixado	8,7%	
Banco Bradesco - CCB	out-2015	anual	-	22	CDI	+ 1,25%	1,25%
Banco ITAU BBA - repasse BNDES Finem	maio-2015	Mensal, após mar.2014	Aval Energisa S.A.	19	TJLP + 2,25% a 4,15%		
Citibank	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	21	libor	+ 2,25%	
Bank of America Merrill Lynch	Set-2014	Final	Aval Energisa S.A.	22	libor	+ 2,0%	
Banco Itaú BBA	Set-2015	Final	Aval Energisa S.A.	33	Dólar	+ 2,95%	2,95%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2013
2014	119.333
2015	86.885
2016	7.357
2017	6.399
2018	10.335
Após 2018	18.534
Total	248.843

18 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	7ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0 % a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a.
Quantidade de títulos	60.000
Valor na data de emissão	60.000
Títulos em circulação	60.000
Carência de Juros	6 meses
Data de repactuação	15/12/2012
Amortizações/parcelas	Final
Saldos em 31/03/2013 (*)	47.608
Circulante	972
Não circulante	46.636
Saldos em 31/12/2012 (*)	46.734
Circulante	98
Não circulante	46.636

(*) Deduzido de R\$309, referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$46.636 tem seu vencimento programado para dezembro de 2014.

Do total de 60.000 Debêntures objeto da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa Minas Gerais, 46.915 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 13.085 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante R\$13.085.

19 Tributos e Contribuições Sociais

	31/03/2013	31/12/2012
ICMS	21.022	21.565
Encargos Sociais	669	688
IRPJ	4.936	4.138
CSSL	2.915	2.681
mantPIS/COFINS	5.104	5.547
IRRF	65	90
Outros	589	733
Total	35.300	35.442
Circulante	29.338	29.978
Não circulante	5.962	5.464

20 Parcelamento de impostos

A Energisa MG optou por parcelamento de débitos junto a Receita Federal do Brasil no montante de R\$6.201, em 60 parcelas mensais, corrigidas pela variação da Taxa Selic. No período findo em 31 de março de 2013, foram efetuados pagamentos de R\$366 (R\$1.422 em 31 de dezembro de 2012) e juros Selic de R\$52 (R\$107 em 31 de março de 2012).

Em 31 de março de 2013, o saldo do parcelamento é de R\$ 2.970 (R\$3.284 em 31 de dezembro de 2012) e o número de parcelas a serem quitadas são 24.

Em 31 de março de 2013, o saldo dos impostos parcelados está assim programado:

	31/03/2013	31/12/2012
2013	1.350	1.407
2014	1.473	1.454
Após 2014	147	423
Total	2.970	3.284
Circulante	1.426	1.407
Não circulante	1.544	1.877

21 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da ENERGISA MG, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 31/03/2013
Trabalhistas	3.225	19		71	3.315
Cíveis	2.975	263	(6)	65	3.297
Fiscais	-	146	-	-	146
Total	6.200	428	(6)	136	6.758
Depósitos e cauções vinculados (*)	(776)				(805)

(*) A Energisa MG possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$1.336 (R\$1.307 em 31 de dezembro de 2012) dos quais R\$531 (R\$531 em 31 de dezembro de 2012), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

Durante o primeiro trimestre de 2013, foram pagos o montante de R\$299, sendo de indenizações trabalhistas R\$259 e de indenizações cíveis R\$40.

Perdas prováveis

• Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

- **Cíveis**

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$425.

- **Fiscais**

No 1º trimestre de 2013 provisionou-se o valor de R\$146, correspondente a provisão da Execução Fiscal nº 2007.100.001867-4, realizada em razão da reforma pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, de decisão favorável de 1ª instância, proferida nos autos dos Embargos a Execução nº 2007.001.218816-8, que anulará a multa aplicada pelo PROCON em razão de supostas instabilidades do sistema de distribuição de energia elétrica ocorridos no Estado do Rio de Janeiro.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$92.066 (R\$79.083 em 31 de dezembro de 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

- **Trabalhistas**

Refere-se à reclamação trabalhista no montante equivalente a R\$3.529 (R\$1.757 em 31 de dezembro de 2012), que tem por objeto diferenças de periculosidade e indenização referente a acidente do trabalho onde a Companhia figura como litisconsorte passivo de empreiteiras (pleito de responsabilidade subsidiária).

- **Cíveis**

Essas ações no montante equivalente a R\$48.665 (R\$45.752 em 31 de dezembro de 2012) têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente a consumidores reivindicando o reembolso dos valores pagos à Companhia resultantes de PIS, COFINS e ICMS, bem como ação de indenização e causas relacionadas a relação de consumo (suspensão de fornecimento, recuperação de consumo fraudado pelo consumidor).

- **Fiscais**

Essas ações no montante de R\$39.872 (R\$31.574 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto pedidos relacionados a aproveitamento de crédito de ICMS, diferenças de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

22 Patrimônio líquido

Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$44.171, atribuídos a 370.676 ações ordinárias, 79.783 ações preferenciais classe "A" e 253 ações preferenciais classe "B", todas sem valor nominal.

As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do

Resultados do 1º trimestre de 2013

capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa classe de ações.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

23 Receita operacional

	31/03/2013			31/03/2012		
	Não revisado pelos auditores independentes		R\$	Não revisado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	299.759	113.119	61.235	290.556	105.156	64.153
Industrial	3.722	41.548	17.290	3.638	47.983	21.352
Comercial	33.780	57.144	31.033	33.326	55.022	28.853
Rural	64.253	35.352	14.719	63.789	33.577	11.526
Poder Público:						
Federal	62	119	57	60	115	61
Estadual	541	2.520	1.209	527	2.445	1.296
Municipal	3.351	5.308	2.544	3.265	5.150	2.727
Iluminação Pública	254	17.889	5.055	256	17.308	5.269
Serviço Público	550	9.484	3.661	543	9.404	3.577
Consumo Próprio	92	907	-	89	790	-
Subtotal	406.364	283.390	136.803	396.049	276.950	138.814
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	3.009	-	-	3.325
Suprimento	-	-	(541)	-	5.885	133
Fornecimento não faturado (líquido)	-	5.512	(912)	-	1.990	(2.071)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	28	-	8.339	20	-	9.231
Receita de Construção	-	-	9.940	-	-	8.683
Outras receitas operacionais	-	-	1.288	-	-	1.289
Total - receita operacional bruta	406.392	288.902	157.926	396.069	284.825	159.404
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	28.250	-	-	30.023
PIS	-	-	2.449	-	-	2.486
COFINS	-	-	11.280	-	-	11.449
ISS	-	-	21	-	-	19
Quota para RGR	-	-	(1.160)	-	-	978
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	501	-	-	472
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.042	-	-	3.882
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	834	-	-	4.829
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	801	-	-	756
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	-	547	-	-	-
Total	-	-	44.565	-	-	54.894
Total - receita operacional líquida	406.392	288.902	113.361	396.069	284.825	104.510

24 Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos do Serviço de Sistema

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publicará, mensalmente, o valor dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para os meses de janeiro a março de 2013, a ANEEL já homologou os valores, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 954 de 02 de abril de 2013 e nº 1.312, de 30 de abril de 2013, no montante de R\$9.425.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema de acordo com o Despacho Aneel nº 1.135 de 17 de abril de 2013.

25 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 31/03/2013 e 31/12/2012
Riscos Nomeados	23/10/2013	23.000	307
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	106
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a	23/10/2013	até R\$200 /	59
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2013	35.905	166
			638

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacados as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	31/03/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	42.589	42.589	25.823	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	64.230	64.230	74.991	74.991
Consumidores e concessionárias	77.960	77.960	88.697	88.697
Títulos de créditos a receber e outros	3.470	3.470	2.784	2.784
Conta a receber da concessão	223.574	223.574	217.739	217.739
PASSIVO				
Fornecedores	(32.509)	(32.509)	(39.604)	(39.604)
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	(323.163)	(331.059)	(324.846)	(334.033)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2013, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, mantido até o vencimento e avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas e debêntures.

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 7ª Emissão e dos empréstimos com o Bradesco, Citibank, Itaú BBA, Merrill Lynch e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, o valor justo difere do valor contábil.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

- **Limitações**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua última revisão em 20 de dezembro de 2012, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	31.774	-	-	-	735	32.509
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures.	16.428	31.317	275.504	20.522	30.443	374.214
Total	53.257	31.317	275.504	20.522	31.178	411.778

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações são realizadas com bancos de percepção de risco aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitos às modificações dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa	42.589	25.823
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	64.230	74.991
Consumidores e concessionárias	77.960	88.697
Títulos de créditos a receber e outros	3.470	2.784
Conta a receber da concessão	223.574	217.739

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos Agentes de fomento nacionais (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais.

A taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses Agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

A Companhia está atenta às oportunidades para renovação destes instrumentos de proteção, de forma a estar buscando estruturar operações que representem a continuidade destes mecanismos existentes de proteção, podendo, eventualmente, adotar outros mecanismos que conjuguem, de forma prudente, risco e custo.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de março de 2013, com queda de 1,45% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,0138/USD.

Do montante das dívidas bancárias de emissões da Energisa MG em 31 de março de 2013 de R\$323.807 (R\$325.511 em 31 de dezembro de 2012), R\$152.308 (R\$154.954 em 31 de dezembro de 2012) estão representados em dólares, provenientes de empréstimo capitado junto ao Citibank, cujo saldo no final do período era US\$16,7 milhões (US\$16,5 de principal), US\$28,9 milhões de empréstimo com o Bank of America Merrill Lynch (US\$28,7 de principal) e US\$30,2 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$30 milhões de principal). Os empréstimos têm custos de até US\$ + 3,93% ao ano e possuem

vencimentos de longo prazo, em 30 de setembro de 2014, 27 de outubro de 2014 e 21 de setembro de 2015, respectivamente.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2013 apresenta no ativo não circulante o valor de R\$13.587 (R\$16.738 em 31 de dezembro de 2012), a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações trimestrais. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa MG possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$16,7 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Citibank, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Set-14) pelo prazo até 30/09/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,25%) a.a. por 91,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 30/09/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

2. Proteção para o montante equivalente a US\$28,9 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Bank of America Merrill Lynch, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,9170 (Out-14) pelo prazo até 27/10/2014. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + (LIBOR + 2,00%) a.a. por 91,0% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 27/10/2014 bem como o valor do principal nesta última data.

3. Proteção para o montante equivalente a US\$30,2 milhões de principal mais juros do empréstimo capitado junto ao Banco Itau BBA, através de swap cambial com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,8500 (Set-15) pelo prazo até 21/09/2015. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 3,93% a.a. por 101,5% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2015 bem como o valor do principal nesta última data.

No período findo em 31 de março de 2013, os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$3.173 (R\$3.607 em 31 de março de 2012) decorrentes de uma desvalorização do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados do 1º trimestre de 2013

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	31/03/2013	31/12/2012		31/03/2013	31/12/2012	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Nocional (BRL)		Posição Ativa	209.230	211.922	-	-
Swap com opções - Citibank e Merrill Lynch	190.734	190.734	Taxa de Juros LIBOR				
			Posição Passiva	(194.408)	(193.359)	-	-
			Taxa de Juros CDI				
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1.235)	(1.825)		(5.460)
			Posição Total Swap Com Opções	13.587	16.738		

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de março de 2013 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não preveem pagamentos intermediários antes de suas datas de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MTM) das operações da Energisa MG foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2013, com a simulação dos efeitos nas informações contábeis intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Empréstimo	-		15.196	(20.292)	(55.782)
Posição Ativa - LIBOR	209.230	Alta do US\$	141.955	177.444	212.933
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(194.408)		(142.328)	(142.328)	(142.328)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(1.235)				(11.812)
Subtotal	13.587		(372)	35.116	58.792
Líquido	13.587		14.824	14.824	3.011

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2013, atingem seu objetivo na plenitude, o que é refletido no valor presente positivo de R\$14.824, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivos de R\$14.824 e R\$3.011, respectivamente.

b) Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2013, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,42% a.a. e a TJLP = 5% a.a.) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	106.431	Alta CDI	1.948	2.420	2.885
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(101.985)	Alta CDI	(2.221)	(11.099)	(13.018)
	(25.388)	Alta TJLP	(558)	(2.636)	(2.966)
Subtotal (**)	(127.373)		(2.779)	(13.735)	(15.984)
Total - (Perdas)	(20.942)		(831)	(11.315)	(13.099)

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2013 (7,42% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2013 e a TJLP 5% a.a..

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$152.308.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	31/03/2013	31/12/2012
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	64.230	74.991
Instrumentos financeiros derivativos	2	13.587	16.738

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em referência e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

27 Benefícios a empregados

Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 31 de março de 2013, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$93 (R\$65 em 31 de março de 2012).

Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos benefícios a empregados - Prêmio Aposentadoria, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seus balanços com a classificação adotada, efetuou ajustes no saldo final do balanço de 31/12/2012 em relação ao originalmente publicado, conforme segue:

Passivo registrado em 31/12/2012	1.620
(ajustes - CPC 33 (R1))	408
Saldo ajustado	2.028
Contribuições	93
Pagamentos de obrigações contratadas	(28)
Passivo registrado em 31/03/2013	2.093
Ativo circulante	372
Ativo não circulante	1.721

Em 31 de março de 2013, a despesa com o prêmio de aposentadoria foi de R\$93 (R\$54 em 31 de março de 2012).

Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período de 31 de março de 2013 as despesas com esse benefício foram de R\$129 (R\$150 em 31 de março de 2012).

28 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia - R\$ MIL					
	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017
2013 a 2046	140.284	160.758	157.511	148.788	152.745	2.089.637

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio homologados pela ANEEL.

- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa, Itaipu e Angra I e II.

29 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

A Companhia assinou em 18 de junho de 1999 com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, com o prazo de concessão até 07 de julho de 2015.

30 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2013	31/12/2012
Atualização contas a receber da concessão - VNR	1.648	57.224
Fornecedores	2.102	2.542
Outros resultados abrangentes	(269)	(269)

31 Evento subsequente

Pagamento de dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais, relativos ao exercício de 2012, no montante de R\$38.531, equivalentes a R\$85,488676404 por ação ordinária, a serem pagos em 2 (duas) parcelas até o último dia útil dos meses de junho e setembro de 2013, podendo ser antecipados por decisão da administração da Companhia.

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012 e período de três meses findo em 31 de março de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.2, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações financeiras intermediárias correspondentes às demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo

reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 24, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" MG

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" MG

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br